



**Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo Presidente da República,
Luiz Inácio Lula da Silva, ao jornal Folha de São Paulo**

Publicada em 5 de outubro de 2008

Jornalista: Em 1987, chegaram ao Congresso mais de 72 mil formulários com sugestões da população para a nova Constituição. Cento e trinta e duas pessoas encaminharam a Luiz Inácio Lula da Silva propostas, pedidos e denúncias. A maioria dos pleitos são muito atuais: reforma agrária, fim da corrupção, reformulação do sistema carcerário, redução do tempo de mandato no Executivo e Legislativo e até luz no campo (uma espécie de "Luz para Todos"). Outros acabaram contemplados, como direito a greve, redução da jornada de trabalho.

O Presidente se recorda de algum desses textos? Usou alguma sugestão para apresentar emenda ou elaborar projeto? Há alguma proposta que surgiu ao longo da Constituinte e que o Presidente ainda pretende implementar no governo? O fato de alguns dos pleitos serem muito semelhantes aos de hoje incomoda o Presidente? É sinal de que nem tudo mudou da forma como o povo gostaria?

Presidente: Acredito que fizemos uma Constituição extremamente avançada. É bem possível que a principal razão disso tenha sido a participação popular, como jamais houve na história deste país. Eu me lembro das milhares de pessoas que circulavam dentro da Câmara e do Congresso Nacional, fazendo reuniões com todos os líderes, entregando cartas e propostas, fazendo pressão. Conseguimos retratar na Constituição um pouco da cara do que a sociedade pensava naquele momento, sobretudo a sociedade organizada. Acho que isso foi extremamente importante para o País, porque ela está hoje



balizando e garantindo que a gente tenha o maior período de democracia contínua no Brasil.

Nós colocamos na Constituição uma série de princípios e compromissos para a sociedade brasileira alcançar e, nestes vinte anos, já evoluímos bastante na direção de concretizá-los, sobretudo na economia e nos direitos sociais. Avançamos bastante como País, mas ainda precisamos avançar mais. No entanto, isso não depende de um decreto ou de uma lei, e sim das possibilidades de o País ter condições de cumprir a Constituição totalmente.

Mas eu penso que tudo que nós alcançamos até agora foi fruto da participação da sociedade naquela Constituinte. Foi uma coisa maluca a participação da sociedade, a pressão da sociedade, a exigência da sociedade, a pressão dentro do Plenário. Isso, obviamente, mexe com os políticos, com os deputados, com os senadores e, naquele tempo, mexeu muito com os constituintes.

Jornalista: A Constituição faz 20 anos com uma trégua nas tentativas de reformas profundas do texto da Carta Magna (este ano ainda não se aprovou nenhuma PEC). Essa trégua coincide com o melhor período econômico desde a promulgação da Constituição. O que isso significa? O País é governável com essa Constituição? As reformas, como a política e tributária (que estão no Congresso) podem ser consideradas emergenciais?

Presidente: Claro que é governável. Talvez haja uma ou outra dificuldade em algum momento. Algo que gostaria que avançasse mais rapidamente fica embaraçado por ausência ou rigidez da legislação e excesso de zelo das instituições fiscalizadoras. Mas isso faz parte da democracia. Essa é a grandeza da democracia brasileira. É tudo mais demorado, mas quando as coisas acontecem, acontecem de verdade. Por isso é que acho que não tem que temer essas dificuldades que a gente enfrenta. Isso é um processo de



construção democrática e a gente só aprende a fazer democracia vivenciando-a todo santo dia, enfrentando obstáculos, vencendo alguns, perdendo outros.

Não acho que haja necessidade de reformas emergenciais. Mas penso que seria muito importante para o País termos um sistema político que fortaleça as organizações políticas e diminua a influência do poder econômico. Precisamos ter financiamento público de campanhas, fidelidade partidária e partidos fortes. Da mesma forma, é necessário melhorar o sistema tributário, dar a ele um pouco mais de racionalidade e de simplificação. Por isso, tentamos reformá-lo em 2003 e agora estamos tentando de novo, com o projeto enviado ao Congresso em fevereiro.

O governo vai se esforçar para que essas reformas possam ocorrer. Não porque sejam emergenciais, mas porque são importantes para o País avançar mais rapidamente no desenvolvimento com redução das desigualdades sociais e regionais.

Jornalista: O PT na Constituinte. Eram 16 os congressistas do PT participando da Constituinte. Lula, por exemplo, era líder do PT, titular de uma comissão (Sistematização) e suplente em outras duas. Apresentou 41 emendas e teve sete aprovadas.

Gostaria de uma avaliação do Presidente sobre o desempenho do PT na Assembléia Nacional Constituinte. Quais embates memoráveis o PT (ou a esquerda) ganhou? Onde o Partido errou? Votar contra foi uma decisão acertada?

Presidente: O PT chegou ao Congresso com uma proposta de Constituição pronta e acabada que, se fosse aprovada, certamente seria muito mais difícil governar do que hoje. Como um partido de oposição que nunca havia chegado ao poder, tínhamos soluções mágicas para todas as mazelas do País. Talvez não nos déssemos conta de que, num prazo tão curto de tempo, poderíamos



chegar ao governo. E aí teríamos a responsabilidade de colocar em prática tudo que propúnhamos.

Foram muitos os embates memoráveis. Mas é bom lembrar que o PT só tinha 16 deputados entre mais de 500 constituintes. Cada artigo progressista tinha de ser muito negociado com os partidos de centro-esquerda e depois com o centrão. Não considero que o PT tenha errado. Nós defendemos o que precisávamos defender, o que nossas bases queriam que defendêssemos. Talvez o grande erro, não do PT, mas da Constituinte como um todo, tenha sido aprovarmos uma Constituição mais adaptada a um regime parlamentarista junto com o presidencialismo. Lembro de que, na época, nós, da direção do PT, éramos parlamentaristas. Quando teve o plebiscito, fomos para a disputa e a base nos derrotou.

O PT votou contra o texto final da Constituição porque não concordava com a regulamentação posterior de uma série de direitos sociais que estavam sendo garantidos. Tínhamos convicção de que o que ficasse para ser regulamentado depois teria muita dificuldade para ser implementado. Como de fato ocorreu. Por desejo da maioria, nos sentimos obrigados a votar contra. Mas, ao contrário do que alguns dizem por aí, nós assinamos a Constituição. Eu era o líder da bancada e lembrei que trabalhamos três anos, participamos dos debates, ganhamos algumas batalhas, perdemos outras, tínhamos de deixar o nosso nome na história e assinar.

Jornalista: Como o Presidente classifica a própria performance dele durante os trabalhos?

Presidente: Não acho apropriado avaliar minha performance. Procurei ser um líder democrático, discutindo todas as propostas com a sociedade e encaminhando o que fosse desejo da maioria da nossa bancada. Lutamos pelo que acreditávamos ser o melhor para o povo brasileiro ter mais dignidade, mais



igualdade e mais desenvolvimento. Foi um momento grandioso para o Brasil.
Graças a Deus, eu participei dele e por isso sou muito agradecido.

(\$31DHKL)